

União toma campo de futebol

Área do Santa Cruz, em Santa Lúcia, terá de ser desocupada, por ordem judicial, devido ao não pagamento de taxas de marinha

Leonardo Heitor

Com 86 anos de história, o Santa Cruz pode chegar ao fim. A equipe perdeu a posse de seu campo, localizado em Santa Lúcia, bairro nobre da capital, após deixar de pagar as taxas de ocupação de terreno de marinha.

O clube ficou inadimplente entre os anos de 1994 e 1998 e de 2004 a 2008. A dívida total, segundo o processo, é de R\$ 645.404,05.

Na decisão, julgada pela 6ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, os proprietários da área devem providenciar a desocupação do terreno em até 30 dias, a contar da data do julgamento, realizado no último dia 17 de março, sob pena de multa diária de R\$ 300.

O local ocupado pelo campo é considerado pela Secretaria do Patrimônio da União (SPU) um "acrescido de marinha", como são chamados os terrenos que tiverem se formado, natural ou artificialmente, para o lado do mar ou dos rios e das lagoas, em seguimento nos terrenos de marinha.

Segundo o superintendente da SPU no Estado, Magno Pires, a tendência é que a área seja utilizada para a construção de sedes de órgãos da administração federal.

"Existe uma orientação do Tribunal de Contas da União para que órgãos públicos deixem de pagar aluguel e passem a possuir sedes próprias. Temos demandas para a instalação de várias dessas sedes", explicou o superintendente.

Entre os órgãos federais que não têm sede própria na capital estão a Controladoria-Geral da União, a Advocacia-Geral da União, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), que teve sua sede, em Vila Velha, interdita pela Defesa Civil devido às enchentes do final do último ano.

PREFEITURA

Questionada pela reportagem em relação a algum possível interesse na área, a Prefeitura de Vitória afirmou, em nota, que o caso específico envolve uma demanda entre particulares, mas que o poder Executivo municipal "tem tratado com afincos os problemas relacionados a áreas de Marinha".

"A administração municipal já ajuizou ação civil pública em prol dos moradores de Vitória e se habilitou perante o Supremo Tribunal Federal (STF) em ação que defende a exclusão do município de Vitória da área considerada como terreno de marinha", informa a nota da Prefeitura de Vitória.



O CAMPO DO SANTA CRUZ fica em Santa Lúcia, bairro nobre da capital. Com a ordem de deixar a propriedade, existência do clube está ameaçada

ENTENDA

Trinta dias para desocupar a área

O caso

> A JUSTIÇA FEDERAL determinou a reintegração de posse do campo à União após o não pagamento das taxas de ocupação de área de marinha.

> O CLUBE ficou inadimplente entre 1994 e 1998 e de 2004 a 2008.

> A DÍVIDA TOTAL, segundo o processo, é de R\$ 645.404,05.

> OS PROPRIETÁRIOS da área devem providenciar a desocupação do terreno em até 30 dias, a contar da data do julgamento, realizado no último dia 17 de março, sob pena de multa diária de R\$ 300.

> A REGIÃO é considerada como um "acrescido de marinha", como são

chamados os terrenos que tiverem se formado, natural ou artificialmente, para o lado do mar ou dos rios e das lagoas, em seguimento nos terrenos de marinha.

Novas sedes

> SEGUNDO A SPU no Estado, a tendência é que a área seja utilizada para a construção de sedes de órgãos da administração federal.

> OUTRAS ESFERAS, como o governo do Estado, a prefeitura e até a Sociedade Civil, podem requerer o espaço. A prioridade, porém, é da União.

Fonte: Justiça Federal, SPU e AGU.

SAIBA MAIS

Santa Cruz

> O CLUBE foi fundado no ano de 1928, por imigrantes nordestinos que passaram a habitar a região de Santa Lúcia, no início do século passado.

> É UM DOS clubes de várzea mais vitoriosos e tradicionais do Espírito Santo, com diversos campeonatos conquistados nos seus 86 anos de história.

> O CAMPO fica em uma região considerada nobre da capital, no bairro Santa Lúcia, entre a avenida Rio Branco, a Reta da Penha e a avenida Leitão da Silva.

> ATUALMENTE, o local passa por reformas nos banheiros e vestiários. A rede de esgoto do terreno também passou por melhorias. Lá também funciona a escolinha de futebol do treinador Cosme Eduardo, ex-Desportiva, Serra e Rio Branco.

Fonte: Pesquisa A Tribuna.

Treinador lamenta decisão

Dono de vários títulos estaduais como treinador, Cosme Eduardo comandou por muito tempo uma escolinha de futebol no campo do Santa Cruz, em Santa Lúcia.

O treinador explicou que sempre foram ouvidos boatos sobre o fim do clube, mas que nada especificamente havia sido feito. Segundo Cosme Eduardo, o local passa atualmente por reformas, nos banheiros e nos vestiários.

"Atualmente, o campo está parado. Desde novembro não há movimento, e apenas pedreiros trabalham no local. Sempre ouvimos boatos de que o clube ia acabar, mas há muito tempo não falavam mais sobre isso", comentou.

O ex-treinador de Desportiva,

Serra e Rio Branco lamentou a decisão judicial que devolve o terreno para a União.

Segundo ele, o campo fomenta a prática esportiva entre moradores dos bairros vizinhos.

"É uma das únicas opções de lazer naquela região. Seria catastrófico perder este campo. É um dos poucos espaços que restam para a prática esportiva", lamenta.

Procurado pela reportagem durante toda a tarde de ontem, o presidente do clube, Juarez Bertoldo, não foi encontrado.

Um funcionário do clube forneceu o número do celular do dirigente, mas durante toda tarde e o início da noite de ontem o telefone esteve desligado.

Como é a cobrança

Terrenos ficam na faixa de 33 metros a partir da linha de preamar até o continente

1 TERRENOS DE MARINHA:

ficam situados na faixa de 33 metros a partir da linha de preamar (nível máximo de uma maré cheia) médio, criado em 1831, em direção ao continente. A grosso modo, a medida é feita a partir da vegetação de restinga.

LOCAIS

- > NO ESPÍRITO SANTO, a cobrança da taxa existe em 14 municípios.
- > EM VITÓRIA, 58 bairros têm terrenos de marinha, sendo que 50 estão

em área popular. Entre as regiões onde são cobradas as taxas estão Santa Lúcia, Ilha de Santa Maria e Bento Ferreira.

2 TAXA DE OCUPAÇÃO: terrenos ocupados até 1988 pagam 2% por ano sobre o valor do domínio pleno do terreno. A partir de 1989, o percentual é de 5% (ao ano).

3 LAUDÊMIO: é um pagamento de 5% que o contribuinte faz pela transferência dos terrenos de marinha, que são considerados bens da União.

4 AFORAMENTO: já os foreiros pagam uma taxa de 0,6% do domínio pleno do terreno aforado.

Fonte: Advogados, especialistas e pesquisa AT.